



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES
 Rua dos Libaneses, 1998, Fórum - Carmo
 CEP: 14801-425 - Araraquara - SP
 Telefone: (16) 3336-1888 - E-mail: araraq1fam@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 1006917-77.2018.8.26.0037
 Classe-Assunto: Outros Procedimentos de Jurisdição Voluntária -
 Expedição de alvará judicial
 Requerente: Rodrigo da Silva Moraes

Juíza de Direito: Dra. **Glauce Helena Raphael Vicente Rodrigues**

Vistos.

Cuida-se de pedido de alvará judicial para resgate de numerário depositado em conta judicial em favor de beneficiário menor na época. Comprovou-se a maioria na quadra atual.

O Ministério Público declinou de sua atuação no feito (fl. 23).

É como relato.

DECIDO.

O pedido não ostenta complexidade, razão pela qual é conhecido e decidido de imediato, na forma postulada na exordial, máxime porque a parte requerente comprovou ter atingido a maioria civil (fls. 04/05).

POSTO ISSO,

defiro o pedido.

Faço-o para, por sentença, autorizar a parte requerente acima identificada a proceder ao resgate da importância depositada na **conta judicial número 500122459656**, com os acréscimos que houver. Expeça-se a respectiva guia de levantamento.

A considerar a consensualidade do pleito e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Nos termos do convênio OAB/DPESP, arbitro os honorários em favor do Advogada nomeada às fls.04, no valor da tabela, expedindo-se a certidão.

Traslade-se cópia desta sentença aos autos do inventário nº 0022877.71.2010.8.26.0037.

Oportunamente, arquivem-se estes e rearquivem-se os autos do inventário mencionado.

P.I.C.

Araraquara, 10 de setembro de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA